



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº04/2015

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma hora reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Pichiochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a vinte e dois de Setembro de dois mil e quinze, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

-----Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

-----Ponto três – Pedido de autorização, nos termos do nº2, do artigo 47º da Lei nº82-B/2014, de 31 de Dezembro, para abertura de procedimento concursal comum com vista à constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Coveiro;-----

-----Ponto quatro - Apreciação e votação da proposta de atribuição de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

medalhas de Honra do Município a pessoas coletivas; -----

-----Ponto cinco - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados; -----

-----Ponto seis - Proposta de redução de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para as famílias numerosas, de acordo com a nova redação do artigo 112º, nº13, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; ----

-----Ponto sete - Fixação da Participação no IRS para o ano de 2016; ---

-----Ponto oito – Fixação da Derrama para o ano de 2016. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

Rui Monteiro Picciochi; -----

João Manuel Alves Gralha; -----

Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

José Maria Chambel Esteves; -----

José Pereira de Sousa; -----

César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

Inocência Rodrigues Cruz; -----

Manuel Maria Pequito Cardoso; -----

Manuel da Costa; -----

João Fernando Mexia Machado; -----

Manuel Maria Ferreira Honório; -----

José Miguel Baptista Homem; -----

Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

José António Proença Salvado; -----

Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----

João Filipe Ricardo; -----

David Valente Antunes; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel de Oliveira. -----

-----Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalhete Honório e Luís Manuel dos Santos Valente. -----

A Vereadora Rosa Garrett não esteve presente na sessão pelo fato de estar em representação do Município no Encontro do Rotary Club do Entroncamento. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu à apreciação a ata número dois, da reunião realizada a vinte e seis de Junho de dois mil e quinze, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Para intervir inscreveu-se o Senhor Deputado Inocêncio Cruz. -----

“Solicito a alteração na minha intervenção, no ponto número oito, onde referi aquiteta Teresa Gil, deve mencionar Lurdes Gil.” -----

Foi submetida à votação o projeto de ata número três de vinte e seis de Junho de dois mil e quinze, a qual foi aprovada por maioria, com 3 abstenções dos Senhores Deputados Municipal José Salvado, David Antunes e Rui Picciochi e quinze votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz do PPD/PSD, João Filipe Ricardo da CDU e João Gralha, Manuel Costa, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, César Barros, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem do PS. -----

----- EXPEDIENTE -----(Vide anexo 1)-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia salientou no expediente a seguinte correspondência. -----

- Resultado da Auditoria da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Gonçalves Mendes e Associados em relação ao primeiro semestre de 2015. **(Anexo 2)** -----

- Uma participação / queixa do Senhor Presidente da Câmara ao Diretor Geral de Agricultura de Lisboa e Vale do Tejo e ao Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente relativamente à Suinicultura, no lugar do Colmeiro em Vila Nova da Barquinha. **(Anexo 3)** -----

- Uma reclamação do Senhor Presidente da Câmara ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da CP Comboios de Portugal, relativamente à passagem dos comboios de passageiros da linha do Leste por não efectuarem paragem na estação de Vila Nova da Barquinha e Almourol. **(anexo 4)** -----

- Resultado da Inspeção Geral de Finanças sobre o Controlo da Contratação Pública e do Urbanismo da Administração Local Autárquica – Auditoria ao Município de Vila Nova da Barquinha. **(Anexo 5)** -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado David Antunes leu uma recomendação sobre o tema é “Refugiados”. (anexo 6) -----

Não tendo nenhuma inscrição dos Senhores Deputados para se pronunciarem sobre a recomendação, esta vai ser submetida à Câmara Municipal para se pronunciar. -----

= Intervenção do Senhor João Filipe Ricardo. -----

= Auditoria ao Município de Vila Nova da Barquinha - “Uma pequena



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nota sobre o documento que foi enviado e que nos chegou na 2ª feira. Este documento trata de uma inspeção, ao controlo da contratação pública e do urbanismo da Administração Local Autárquica. Nós já temos aqui algumas notas, vimos isto com algum cuidado, mas ainda não temos uma opinião formada sobre este assunto. Numa próxima sessão voltaremos a falar porque há aqui situações que devem ser vistas com olhos de ver e como não vimos ainda com cuidado para chegar a uma conclusão, embora não seja esse o objetivo, mas gostaríamos de dizer algumas palavras sobre este documento. Numa próxima oportunidade a CDU voltará a este assunto e dará uma opinião.” -----

= **Intervenção do Senhor Inocêncio Cruz.** -----

= **Concursos Públicos** – “Decorrente da última assembleia já algum resultado em relação aos concursos que vieram à última sessão da assembleia.” -----

Obteve como resposta do Senhor Presidente da Câmara que ainda não há resultados. -----

-----///-----

----- **ATENDIMENTO AO PÚBLICO** -----

Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Para intervir iscreveram-se os seguintes Municípes. -----

= **Municípe Carla Furtunato – Estrada Nacional 110** - “Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, público, boa noite. Para quem não me conhece eu sou deputada na Assembleia de Freguesia da Atalaia. Na semana passada fizemos uma pequena reflexão acerca destes dois anos de mandato, muita coisa foi feita, com a colaboração estreita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Câmara Municipal, mas muita coisa ainda está por fazer. Uma das coisas que tem vindo a ser recorrente e que não está encerrado, é a segurança na estrada nacional 110. Não é uma estrada particularmente perigosa, o troço que atravessa a Atalaia, mas, contudo, existe alguns pontos negros em alguns cruzamentos que tem difícil visibilidade. Eu sei que o executivo da Junta de Freguesia tem feito inúmeras reuniões com o executivo da Câmara, que é um assunto constante, mas efetivamente pouco podem fazer porque a estrada está sobre a alçada das Estradas de Portugal. Sei também que esse organismo foi contactado, mas no entanto o seu retorno é pouco ou nenhum. Nós continuamos insatisfeitos com a situação como devem compreender. É neste sentido, que venho aqui hoje perguntar se existe algum desenvolvimento que ainda não se saiba, se existem algumas medidas que estejam a ser tomadas pela Câmara Municipal para continuar essa luta. Apelo ao executivo da Câmara Municipal que lute até onde puder e consiga uma reunião com os senhores administradores que são tão difíceis de se fazer atingir, para que levem isto até onde puderem, para tentar resolver a situação e chegar a um bom porto.” -----

= **Município Nuno Batista – Iluminação pública** - “Boa noite Senhor Presidente, Senhores Deputados. Também sou deputado da Assembleia de Freguesia da Atalaia. O que me trás aqui é o problema da iluminação pública na Estrada Nacional 110, entre a ponte da pedra e o Parque Municipal desportivo de Atalaia e entre a Igreja da Atalaia e os Casais Vitais. Por decisão do executivo esses pontos de luz foram desligados. Já várias vezes fomos confrontados com problemas que se passaram nesta estrada. Há pessoas a transitar esses troços entre as cinco e seis da manhã, andam junto à berma e é perigoso. O executivo da Junta de Freguesia da Atalaia já teve reuniões e mostrou documentos em que falou com o executivo camarário e que nada foi feito. Nós como deputados e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sabendo que aquilo é um caso complicado vimos aqui, à Assembleia Municipal expor este problema que facilmente poderia ser resolvido. Não queremos ser diferentes dos outros, queremos é coerência no que é feito para a poupança da energia eléctrica do concelho. Existe também na Atalaia alguns pontos com excesso de iluminação ao contrário de outros sítios. É problemática a questão e deveria ser corrigida a fim de salvaguardar algum acidente que possa acontecer e ser grave.” -----

= **Município Hélia Prates – Extensão de Saúde da Atalaia** - “Boa noite Senhor Presidente, boa noite senhores deputados. É com prazer que estamos aqui. A minha questão vem em torno da Extensão de Saúde de Atalaia, e tendo em conta que amanhã é dia um de outubro questiono sobre a abertura do mesmo. Gostávamos de saber em que ponto está a situação. Se calhar vão me responder que a extensão de saúde não tem a ver com as competências da Câmara e já pensando nessa possibilidade de resposta quero acreditar que o executivo camarário mantém laços estreitos com o Ministério da Saúde. A minha pergunta vai no intuito de saber para quando a abertura, visto ter sido dito à população da Atalaia que o encerramento seria apenas durante o período de férias. Penso que o período de férias já terminou e deste modo gostaria de saber qual o ponto de situação, visto que também, e salvaguardando, relembro que na extensão de saúde da Atalaia foi investido dinheiro da própria junta, como a manutenção do ar condicionado, computadores e mais coisas necessárias. O Centro de Saúde, como todos sabem tem condições e qualidade para o povo da Atalaia continuar a ter lá as suas consultas.” -

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os Senhores Deputados. -----

“Boa noite Senhor Presidente, Senhores Deputados e um especial boas vindas ao Senhor Deputado José Salvado, David Antunes e Manuel da Costa, público em geral, presidentes de Junta e executivo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Primeiro que tudo justificar a falta da senhora vereadora Rosa Garrett e o atraso do Senhor vereador Luís Valente. A Vereadora Rossa encontra-se em representação do Município no encontro Rotary Club do Entroncamento e o vereador Luís Valente também esteve nesse encontro, daí o seu atraso. Por parte do executivo as faltas estão justificadas. -----

= **Saúde** - Em relação às questões dos senhores munícipes, dizer que a Lei setenta e cinco de dois mil e treze consagra que são atribuições da freguesia, artigo 7º, cuidados primários de saúde. No artigo 23º da mesma lei diz que os Municípios dispõem de atribuições entre outros na saúde. A Lei Orgânica do Ministério da Saúde, número cento e vinte e quatro de dois mil e onze, diz que estão entregues ao Ministério da Saúde, as unidades locais de saúde, ou seja, a competência de que está a falar a senhora Deputada Hélia, tem a ver com a Administração Central, conforme consagra a Lei do Ministério da Saúde. Objetivamente, que está no território tem que se preocupar com as questões de saúde, por isso, o Município recentemente, como é público e aqui partilhado, adquiriu uma viatura para uso na saúde, e não tinha de o fazer. O Município tem poucos recursos e desde que sou Presidente da Câmara, foi reduzido em seiscentos mil euros o orçamento da Câmara, por isso tem de se cortar em algum lado. O Ministério da Saúde assumiu que não tinha rubrica para a aquisição de um veículo automóvel para transporte de pessoal afeto à UCC Almourol, e nos termos do número sete da Lei Orgânica a Câmara substituiu-se ao Ministério da Saúde e não tinha de o fazer. Dão atribuições às freguesias mas depois não dão envelope financeiro. É impossível gerir uma competência que está prevista na Lei, cuidados primários de saúde, quando não há envelope financeiro. A questão da saúde preocupa o Município, é da competência da Administração Central, em que promete que em dois mil e dezassete não haverá utentes sem médico de família. Resumindo, a saúde não é competência da Câmara. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara em parceria com a Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo, para a população mais distante do concelho, tem suportado encargos significativos, nomeadamente com o transporte de doentes. Apesar dos poucos recursos financeiros que temos. Estamos a tentar colmatar este problema que é da Administração Central e a qual não disponibiliza, nesta área verbas, para as Autarquias Locais. -----

= **Estrada Nacional 110** – como os Senhores sabem este assunto é um problema recorrente. Seguiram várias comunicações para a Estradas de Portugal, um fax datado de dezassete de Janeiro de dois mil e catorze, um ofício datado de seis de Outubro de dois mil e catorze, ofício datado de vinte de Maio de dois mil e quinze, e recentemente foi enviado um ofício que perante a inércia das Estradas de Portugal, não obteve resposta. Existe aqui uma situação que é importante relevar, que tem a ver com as competências das Estradas de Portugal, ou das Infraestruturas de Portugal, S.A., que como sabem foi feita a fusão entre a Rede Rodoviária Nacional, REFER e as Estradas de Portugal, Decreto Lei noventa e um, de vinte e nove de Maio de dois mil e quinze. Perante o silêncio das Estradas de Portugal, não restaria outra coisa, ao Presidente senão pedir uma reunião com caráter de urgência, ao Senhor Administrador das Infraestruturas de Portugal, Dr.º António Ramalho, do qual estou a aguardar resposta. As infraestruturas são da competência das Estradas de Portugal, da Administração Central e já existiram recomendações, resoluções sobre esta temática, quer das estradas quer da saúde. Apelo a que os grupos parlamentares fizessem recomendações e façam perguntas ao governo, uma vez que têm esta competência. É à Administração Central que cabe gerir estas temáticas, na Câmara as disponibilidades são estas, os dados são estes e os ofícios são estes. Estou disponível para o diálogo e para vos ajudar e a ajudarem-me nas questões a colocar ao Governo.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi dada novamente a palavra ao Senhores Municípes para questionar o seguinte. -----

= Municípe Nuno Batista – Iluminação Pública - “O Senhor Presidente falou que a iluminação era uma opção do executivo por causa da redução de custos, mas não aprofundou o porquê de ser só a Atalaia, naqueles dois troços, que para nós são importantíssimos. Lá passam pessoas a pé e não são vistas pelos automobilistas e a justificação que dão, é que é para poupar dinheiro. Nós entendemos que se tem de poupar, mas a centenas de metros existem sítios em que a noite é dia. Não pedimos para estes dois troços passarem a ser dia, pedimos que tenha iluminação, que haja coerência no ato. Eu tenho aqui algo que me chegou às mãos por parte dos moradores, um abaixo assinado, da rua José Morais, em que as pessoas são invadidas nas suas habitações, por animais selvagens, por falta de iluminação. Isto é um problema que a nós parece que deve ser tratado.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra para referir o seguinte. -----

“Pergunta não há, há sim, um pedido de alteração no problema da iluminação das estradas. Penso que é esta a vossa preocupação. Independentemente das economias que têm de ser feitas porque o dinheiro não é de elástico e por aquilo que percebi da intervenção dos Senhores Municípes, o pedido é no sentido de haver ou estudar uma hipótese de haver iluminação nos troços mais importantes. Penso que foi isto a sua intervenção.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou o seguinte: -----

“Não estamos perante um arruamento, estamos perante uma estrada nacional e a competência cabe a Administração Central, a sua manutenção e segurança.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi dada novamente a palavra ao Senhores Municípes para questionar o seguinte. -----

= **Guiomar Messias – Iluminação Pública** – “Sou Deputada da Assembleia de Freguesia da Atalaia e pergunto, a iluminação pública é da competência da Autarquia ou das Estradas de Portugal.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou o seguinte: -----

“Eu vou ler o artigo décimo segundo, poderes da autoridade e estou a falar do regime jurídico que estabelece o Decreto Lei noventa e um de vinte e nove de Maio de dois mil e quinze, «Compete à IP. SA relativamente às infraestruturas rodoviárias sob a sua administração, zelar pela manutenção permanente das condições de segurança pela circulação rodoviária.» -----

Foi dada novamente a palavra ao Senhores Municípes para questionar o seguinte. -----

= **Guiomar Messias – Iluminação Pública** – “A minha questão, quem é que mandou desligar os postos de iluminação, foi uma decisão da Autarquia ou uma decisão das Estradas de Portugal. A população da Atalaia tem a noção que foi a Autarquia que teve essa decisão de desligar esses postos de eletricidade.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** respondeu à Senhor Deputada que foi da autoria da Estradas de Portugal. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu o seguinte. -----

“Não foi. Foi a Autarquia por razões de contenção porque infelizmente a Câmara Municipal substitui-se aqui às Estradas de Portugal e também substitui-se na saúde na compra de veículos e o dinheiro não estica, no orçamento da Câmara, tenho menos seiscentos mil euros.” -----

Foi dada novamente a palavra ao Senhores Municípes para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questionar o seguinte. -----

= **Hélia Prates** – “Vou falar ainda no assunto da Estradas de Portugal e lamento imenso se a Autarquia por vezes tem atos que não lhe diz respeito mas que pode fazer em nome de outras entidades, quer as Estradas de Portugal, quer o Ministério da Saúde. Se tem autoridade e autonomia para fazer esse tipo de situações, também tem autonomia para alterar. -----

Em relação ao Centro de saúde é para abrir ou não, porque acredito que o Senhor Presidente tem conhecimento disso.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou o seguinte: -----

“Senhor Municípes, ou colocam as questões de uma vez ou continuamos aqui num diálogo. Senhor Presidente da Assembleia ponha ordem nos trabalhos. Eu respondo a todas as questões coloquem-nas é todas de uma vez. -----

= **Centro de Saúde** – A Câmara não sabe e refiro outra vez, a autoridade e gestão é do Ministério da Saúde, o Presidente da Câmara poderá saber informalmente. Não tenho conhecimento. Das reuniões com o Drº Branco, que é o único contato que tenho, é o responsável pela unidade de saúde familiar, mas nada sei. A única informação que tenho é da Praia do Ribatejo e tenho a garantia da ACES Médio Tejo, que este polo reabrirá no dia um de Outubro. -----

= **Iluminação Pública** – Quanto à questão de ligar e desligar luzes, o poder de autoridade é das Estradas de Portugal, pontualmente o Município com questões que tem eventualmente a ver com a segurança, pode substituir-se à Administração Central, mas isso, é um ato voluntário da Câmara. Foi entendido desligar a luz em alguns troços no concelho, foi efetuado esse estudo, foi um estudo que foi efetuado em dois mil e doze e entendeu-se desligar determinados postos, nomeadamente,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tendo em vista o respetivo valor que pagamos, trezentos mil euros de luz.”

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados para se pronunciarem. -

= **João Filipe Ricardo** – “A questão é esta, eu até sabia quais eram os assuntos que iam ser abordados aqui, não os abordei de propósito. Eu sabia que as pessoas vinham, vêm representar uma entidade e são vários quadrantes políticos. Agora, face às respostas que são dadas pelo Senhor Presidente, posso ou não concordar e posso fazer o meu comentário. No meu ponto de vista e espero não estar enganado, que não haja nada entre o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia, e que estas pessoas na sua ingenuidade, estejam aqui a ser um joguete, porque o Senhor Presidente disse no início que há competências locais nesta matéria, ora isso, sabemos todos nós, ele deve saber, eu também sei que é competência da Freguesia. Aqueles munícipes vieram aqui de boa vontade e esperavam outras respostas. Prezo o Senhor Presidente, somos vizinhos, trocamos opiniões, com fraqueza e lealdade que falo. Nós se estamos num local público, estamos para defender o cidadão, pode é não ter forma de resolver as coisas em termos jurídicos, porque elas competem a outra entidade, mas tem formas de pressionar. Também nos deu o recado para pressionar e eu aceitei e vou dizer ao meu deputado da CDU para pressionar e fazer a pergunta sobre a questão das Estradas e da Saúde. A questão do Município Nuno Batista é grave porque alguém pode ser atropelado naqueles troços, por falta de iluminação.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou o seguinte: -----

“Não há aqui joguetes nenhuns, o que há é que o legislador consagra os cuidados de saúde para a freguesia, mas depois não dá os meios. Não há envelope financeiro para a freguesia, há sim competências. Não houve dinheiro que entrasse nos cofres da autarquia para esta competência específica, a saúde. Quanto à questão da defesa do cidadão, é isso que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diz a Lei, artigo cento e cinquenta e seis da constituição «...fazer perguntas ao Governo sob quaisquer atos da Administração Pública e obter resposta em prazo razoável...» É que o presidente da Câmara já fez quatro faxes e ninguém responde. Os partidos políticos têm assento parlamentar, têm resposta obrigatória, aliás, quando os partidos políticos colocam questões eu tenho trinta dias para responder, eu pergunto ao governo e não obtenho resposta. Vocês têm aí toda a correspondência trocada entre a Câmara Municipal e as Estradas de Portugal, sobre a nacional 110, sobre a suinicultura, sobre a saúde e não há resposta da sua parte.” -----

Foi dada a palavra aos Senhores Presidentes da Junta. -----

= João Machado – Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha. ---

= Iluminação pública - “Boa noite. Eu só queria falar sobre a iluminação. Pergunto, o Presidente da Junta de Freguesia foi consultado quando desligaram as luzes? Porque é que não chegaram ao pé do Presidente da Junta de Freguesia e dizem que têm de iluminar oito lâmpadas na tua freguesia e nós dizemos quais são, acho que deve ser assim, não é chegar ao local e desligar. Mas nós estamos a fazer o quê nas Juntas de Freguesia? Eu não sei se a Junta foi consultada, porque se calhar até poderíamos desligar mais, agora, há que ver a localização certa. Eu conheço a estrada, todos nós conhecemos, tem muito movimento e está perigosa, nisso não há dúvida. No inverno é perigosíssima andar à noite naquela estrada e há pessoas que vão a pé para o comboio e os carros como sabemos não travam. O problema aqui é a dobrar, é a iluminação e o excesso de velocidade. Eu não estou a acusar ninguém, tem de haver aqui bom senso entre todos. Eu sei que todos nós temos de poupar mas vamos poupar com critério, não é poupar às cegas, isso já o nosso governo o faz. -----

Na questão da saúde o legislador devia vir ao terreno, ver como se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalha, onde é que as Juntas de Freguesia tem capacidade. Eu na minha Junta de Freguesia nem uma arrecadação tenho para guardar material. Às vezes fala-se muito, mas nada se sabe, fala-se de cor. Esse legislador, essa gente que está lá sentada a ganhar milhões de euros, e são pagos para fazer isto, têm de vir ao terreno saber o que é que se passa. Eu sugiro aqui, não tenho nada a ver com a freguesia da Atalaia, mas tenho a ver com o concelho e acho que tem de haver bom senso, a população tem de ser apoiada, nós estamos aqui para servir a população.” -----

= **Manuel Honório – Junta de Freguesia da Atalaia.**-----

= **Iluminação pública** - “O estudo das lâmpadas não foi feito connosco, foi feito um mês antes das eleições, assim como o corte das mesmas. Não sei se foi com acompanhamento do ex-presidente de Junta mas desde esse tempo que temos lutado contra e o que a Junta de Freguesia pede é coerência na iluminação do concelho. A iluminação da estrada nacional 110, foi colocada no tempo em que eu era vereador e foi colocada pela Câmara Municipal, não foi a Estradas de Portugal, que a colocou. A Câmara Municipal é que é a responsável pelo ligar e desligar da iluminação e é esta que pede à EDP para ligar e desligar. Nós estamos aqui para defender as populações, seja qual for a freguesia, agora, há casos em que temos de fazer mais força. Neste caso são pontos pertinentes e temos de lutar por eles. -----

= **Centro de Saúde** - No caso da saúde a Junta de Freguesia tem colaborado com o centro de saúde, pôs ar condicionado, tem resolvido outras situações, por isso tem colaborado dentro das possibilidades da Junta de Freguesia. A Junta é um grãozinho e não consegue chegar a reuniões que a Câmara Municipal consegue, mas é com a colaboração de todos que devemos analisar este pontos. Perguntaram-me na sexta feira passada, na Assembleia de Freguesia se o posto médico ia abrir, disse e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuo a dizer, o que sei é que há um documento não enviado para nós, mas afixado no posto médico, a dizer que de Julho a Setembro ia estar fechado, ou seja, parte-se do princípio que em Outubro abre. Quem assinou tem a responsabilidade daquilo a que se comprometeu. Eu penso que a partir do dia um de Outubro o posto médico começa a funcionar, se tal não acontecer, a pessoa que assinou terá de ser chamada à responsabilidade daquilo que escreveu. -----

Aqui não houve joguetes, não houve nada com a Câmara e os deputados da Assembleia de Freguesia sabem que não há aqui joguetes da Junta, trabalhamos todos para o mesmo fim, o bem estar da Freguesia.” -----

= **Benjamim Reis – Junta de Freguesia de Praia do Ribatejo.** -----

= **Iluminação Pública** - “Estou solidário com as intervenções dos meus companheiros Presidentes de Junta, porque é um assunto que diz respeito a todas as freguesias. Em relação à luz não sei o que é que se passa na Freguesia da Atalaia, sei o que se passa na Freguesia da Praia do Ribatejo, mas uma coisa é certa compreendo que se tem de poupar, não ponho em causa que a Câmara tem de poupar dinheiro mas penso que não será com cinco ou seis lâmpadas apagadas num local como aquele que poderá resolver o problema financeiro que a Câmara tem. Se nos juntarmos e conversarmos, nós resolvemos esse problema, pois há iluminação que liga em plena luz do dia, estão horas ligadas e ainda se vê muito bem. Se essas luzes estivessem apagadas, poupava-se e já dava para iluminar vinte estradas da Atalaia durante um mês, por isso se houver ligação entre as Juntas e a Câmara certamente haverá poupanças e poderá ser ultrapassado. -----

= **Centro de Saúde** - “Em relação ao Centro de Saúde, eu tive uma Assembleia de Freguesia anteontem e ninguém falou no assunto. Eu tenho uma carta que recebi depois de confrontar o presidente da ACES Médio Tejo, sobre o que se ia passar, tenho uma carta em que diz que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

partir de amanhã abre o posto médico, a Junta de Freguesia assegurou o serviço de receituário até esta data, mas não vai assegurar a partir daí. O posto médico terá de abrir, tal como prometido.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Salvado. -----

= **Iluminação pública** - “Boa noite. Apelo ao Senhor Presidente da Câmara, esta falta de iluminação causa problemas na segurança pública, porque as pessoas quando se deslocam à noite nas suas caminhadas têm pouca luminosidade. Eu sei que o Senhor Presidente conseguiu poupar seiscentos mil euros, acho bem e é de louvar, mas umas das funções do Senhor Presidente é atender o público porque são eles, que fazem com que nós estejamos aqui. Apelo ao Senhor Presidente para que passe pela Atalaia durante a noite e veja esta situação, porque se formos ao local torna-se mais fácil do que estarmos aqui a falar. Portanto, se o Senhor Presidente e o executivo forem lá, poderão ver se vale ou não a pena mudar essa iluminação.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou o seguinte: -----

“Estávamos aqui a falar das lâmpadas e consultando a internet, verifiquei que os Municípios de Guimarães, Faro, Esposende, Pinhel, Montalegre, Benavente e Vizela, cortaram as luzes durante a noite, ou seja, isto não é transversal ao Município de Vila Nova da Barquinha e transversal a todos os Municípios, situação de contenção. Eu julgava que vocês iam falar de outra situação que é pertinente sobre a iluminação pública. Eu disse que os nossos gastos são trezentos mil euros, recebemos de IMI quatrocentos e quarenta e cinco mil euros, mas temos outras coisas para gerir. Eu percebo a vossa razão. O que posso dizer é que neste momento estamos a estudar, no âmbito do quadro comunitário, a questão de colocação de LED’S, ninguém fala nisto, da eficiência energética. Isso é que devia ser discutido aqui. Tomara eu puder ligar as luzes todas, até

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesmo ligar os lugares mais distantes, mas, quem é dirigente e líder tem que fazer opções. Respondendo ao Senhor Deputado João Machado, foram consultadas as Juntas de Freguesia e foram cortados alguns pontos, não foi só na Atalaia. Eu percebo as vossas razões mas quem é dirigente tem de tomar decisões. Podia, como fizeram outros Municípios aumentar o IMI, eu não aumentei, eu tenho que fazer alguma parcimónia. Este justo equilíbrio tem de ser feito e para dar redução às famílias numerosas tem de se cortar noutros sítios. Não é fácil cortar, porque o governo também nos corta. Eu poupei quatrocentos mil euros e não seiscentos mil euros. Os quatrocentos mil euros são de poupança, os seiscentos mil euros foi daquilo que deixei de receber do governo da Administração Central durante dois anos em que estou como Presidente da Câmara.”-----

-----///-----

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º 2, do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----(vide anexo 7) ---

Nesta sessão da Assembleia devido à existência de público e uma vez que a informação não foi distribuída atempadamente ao mesmo o Senhor Presidente da Câmara leu a informação escrita. -----

= Intervenção do Senhor Deputado David Antunes. -----

= Intermarché – “Boa noite. Em relação ao Intermarché era uma lacuna que o concelho tinha porque não tinha nenhum espaço comercial dessa dimensão, ficando com duas bombas de gasolina quando anteriormente só tinha uma. Há uma oferta maior às pessoas do concelho. Foram criados alguns postos de trabalho apesar das consequências que todos nós sabemos, pois vem asfixiar o pequeno comércio. O Intermarché é uma empresa que funciona pelo regime de franchising. A minha questão é a seguinte: o Município para além da derrama, devido ao volume de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

negócios que a infraestrutura tem, vai usufruir de mais alguns impostos gerados pela própria empresa, que esta terá de pagar, ou seja, se a marca tem de pagar ao nosso Município algo mais.-----

= **Centro Comunitário da Atalaia** – “Se as salas multiusos existentes para as colectividades, se há alguma sala destinada à UDA, União Desportiva Atalaiense.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

= **Acordo coletivo de trabalho** – “A minha questão é sobre o acordo que foi negociado relativamente às trinta e cinco horas. Este acordo abrange o banco de horas ou não? O sindicato mencionado são os afetos à UGT, eu pergunto qual o número de trabalhadores sindicalizados a estes sindicatos. Penso que nesta Câmara há um número maior de trabalhadores afetos ao STAL e ao Sindicato dos trabalhadores da função pública que são afetos à CGTP. Isto foi negociado com UGT e gostaria de saber qual o motivo pelo qual não chegaram a acordo com os sindicatos da CGTP.” -----

= **o Senhor Deputado João Filipe Ricardo em jeito de brincadeira referiu o seguinte sobre o Gás natural** – “Congratulo, pois finalmente o gás chegou à Rua 25 de Abril, pois eu pensava que era algum ataque ao 25 de Abril, mas felizmente não é.” -----

Os Senhores Deputados tiveram os seguintes esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara: -----

= **Intermarché** – “Derrama não paga, aliás esta Câmara como no ano passado, não cobra derrama. Não paga derrama nem o intermarché, nem as empresas sediadas no concelho. É uma política de incentivo da Câmara Municipal, para desenvolver a estabilidade e empregabilidade do nosso concelho. Recebemos impostos das licenças de construção, um valor significativo que entrou no cofre do Município. -----

= **Centro Comunitário da Atalaia** – “Não há uma sala exclusivamente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a UDA, há sim uma sala para utilização da UDA e das coletividades que em devido tempo, façam a reserva do espaço. -----

= **Acordo coletivo de trabalho** – Vai haver banco de horas, foi publicado o repetivo acordo coletivo de trabalho, no dia vinte e dois de Setembro no Diário da República, IIIª Série. O STAL não assinou. Assinaram alguns sindicatos afetos à UGT, e foi esse o acordo que foi possível fazer na altura. O próprio regime estabelece que têm quinze dias para se quiserem, manter o antigo regime das quarenta horas.” -----

O Senhor Deputado João Filipe Ricardo solicitou a palavra e referiu o seguinte: -----

“O que a CGT pretende é que as Câmaras e outras entidades não tenham os trabalhadores a trabalhar de borla, depois das trinta e cinco horas. Convém aclarar isso, nada de confusões, porque com a bolsa de horas há grandes negócios.” -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado do seguinte: -----

“Neste Município vai haver bolsa de horas e já dei instruções nesse sentido. Se as pessoas trabalharem, vão ser recompensadas, aliás os trabalhadores não têm muita razão de queixa, nomeadamente deste executivo.” -----

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia propôs um intervalo por um período de dez minutos. -----

Ponto três – Pedido de autorização, nos termos do nº2 do art.º 47º da Lei nº82-B/2014, de 31 de Dezembro, para abertura de procedimento concursal comum com vista a constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado – Coveiro. -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia-** “Trata-se de uma substituição de um trabalhador, que por razões disciplinares saiu da Autarquia e este concurso é para a sua substituição.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao Pedido de autorização para abertura de procedimento concursal comum com vista a constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado – Coveiro, este foi aprovado por unanimidade com dezoito votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU e José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto quatro – Apreciação e Votação da proposta de atribuição de medalhas de Honra do Município a pessoas coletivas. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expôr o assunto em epígrafe. -----

“Trata-se da atribuição de títulos honoríficos, neste caso, a medalha de honra do Município à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova da Barquinha, que no dia vinte e nove de Novembro comemoram o seu nonagésimo aniversário. Importa reconhecer o exemplar percurso da instituição ao serviço da comunidade, da cultura, da proteção de bens e socorro das populações, numa atuação sempre caracterizada pela sua abnegação, espírito altruísta e notável solidariedade, para com o próximo. Com os fundamentos anexos à presente informação, fundamentação do executivo, penso que é de justiça conceder medalha de honra municipal a esta Associação. -----

A segunda proposta vai no sentido de atribuir também a medalha de honra do Município às Tropas Paraquedistas, pelo que em dois mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dezasseis, nomeadamente em vinte e três de maio de dois mil e dezasseis, fazem sessenta anos de permanência contínua, no concelho de Vila Nova da Barquinha. Fazem também parte da nossa memória e história de Portugal. Primeiro como Regimento de Caçadores Paraquedistas, depois como Base Escola Tropas Paraquedistas, de seguida como Escola Tropas Paraquedistas e ultimamente com Regimento de Paraquedistas. Devido ao seu papel relevante em termos nacionais e uma vez que se encontram à sessenta anos no concelho, acho que é da inteira justiça atribuir a medalha de honra do Município pelos excepcionais serviços prestados ao concelho e a Portugal.” -----

Neste ponto entrevistou o Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----

“Eu penso que sobre os bombeiros, estou de acordo, o nosso ponto de vista é pacífico em relação à atribuição ao Regimento de Paraquedistas, mas de qualquer maneira, não custa nada e aprovamos a proposta.” ----

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia. -----

“Eu proponha a esta Assembleia que a medalha de honra atribuída ao Bombeiros fosse aprovada por aclamação, porque de fato os Bombeiros são uma instituição que merece todo o carinho, todo o amor e respeito pelo que representam em relação ao seu semelhante.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à atribuição de medalhas de Honra do Município a pessoas coletivas, esta foi aprovada por unanimidade com dezoito votos a favor dos Senhores Deputados José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De igual modo foi aprovado por unanimidade de todos os presentes a atribuição da medalha de honra à Associação dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova da Barquinha por aclamação. -----

Todos os presentes deram uma salva de palmas. -----

----- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto cinco – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----

= Fixação das Taxas de IMI - “Este ponto refere-se à aplicação de taxas do Imposto Municipal de Imóveis, nos termos do artigo cento e doze do número cinco do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. É uma receita do Município. O nosso Município é o que aplica a taxa menor de IMI, compartivamente aos Municípios confinantes conforme se poderá consultar no site do Ministério das Finanças e do qual foi facultado cópia aos Senhores Deputados. Tem sido notório o esforço e o contributo municipal para o desagramento dos encargos fiscais das famílias contribuindo com uma responsabilidade social, municipal, neste momento de particulares dificuldades económicas e sociais que vivem as nossas populações. Assim, proponho a fixação da taxa de zero vírgula trinta e dois por cento, igual do ano anterior. Entretanto quero fazer uma retificação porque foi deliberado por maioria, com voto contra do vereador Luís Valente aprovar a manutenção da taxa do IMI, de zero vírgula trinta e dois por cento e provavelmente por erro dos serviços o Senhor Vereador entendeu que a taxa seria zero vírgula trinta por cento. Por isso, é que votou contra esta proposta. O que hoje está para aprovação são de zero

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vírgula trinta e dois por cento.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Nós no ano passado defendemos e continuamos a defender a proposta dos zero vírgula trinta por cento. As tabelas praticadas nos vários concelhos, no nosso ponto de vista, valem o que valem, porque o que importa aqui é como é feita essa cobrança de impostos. Nos países nórdicos há uma cobrança de impostos alta, mas em termos de obra resultante daí ela aparece. A pessoa é tributada a taxas mais elevadas mas as obras aparecem feitas. Sobre esta questão dos impostos nós iremos seguir o mesmo caminho do ano passado. Nós achamos que havia condições para serem os zero vírgula trinta por cento, o mínimo.” -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte: -----

“Não tenho nada a dizer sobre a intervenção do Senhor Deputado João. Só me esqueci de dizer a taxa a prédios rústicos é de zero vírgula oitenta por cento. A proposta é de zero vírgula trinta e dois por cento, para os prédios urbanos e zero vírgula oitenta por cento, para os prédios rústicos.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à fixação das taxas de IMI, esta foi aprovada por maioria com dois abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU, dois votos contra dos Senhores Deputados José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e catorze votos a favor dos Senhores Deputados , Manuel de Oliveira do CDS e João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

----- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assunto: -----

= **Majoração das Taxas de IMI** – “As taxas de Majoração mantém-se como lista em anexo. O que me deu a conhecer, há alguns prédios que estão em duplicado, erro no serviço. Vão ser retificados. A majoração dos prédios degradados vem do ano passado, agravamento em trinta por cento.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à Majoração das taxas de IMI a prédios degradados, esta foi aprovada por maioria com dois abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU, dois votos contra dos Senhores Deputados José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e catorze votos a favor dos Senhores Deputados , Manuel de Oliveira do CDS e João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

----- **Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

Ponto seis – Proposta de redução de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para as famílias numerosas, de acordo com a nova redação do artigo 112º, nº13, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----

“É uma proposta de redução do Imposto Municipal sobre Imóveis. De acordo com a nova redação do artigo cento e doze do número trinta e três do Código do Imposto Municipal de Imóveis, é uma sugestão do governo, é uma nova interpretação deste diploma. Pena é que não tenha sido feito para os próprios impostos nomeadamente IRS, mas entende este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município que com o objetivo de apoiar as famílias com filhos, tendo em conta a atual quadro comunitário social, procurando incentivar a natalidade do nosso concelho, propõe a aprovação da presente proposta, de dez por cento de redução da taxa de IMI para quem tem um filho, quinze por cento de redução da taxa de IMI para quem tem dois filhos e vinte por cento de redução da taxa de IMI para quem tem três filhos. Isto são as taxas máximas de redução para agregados significativos.” -----

Período destinado à intervenção dos Senhores Deputados. -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----

“O argumento do Presidente da Câmara é o correto mas depois aproveita a “boleia” do governo sobre uma situação que para nós é ingrata, porque isto é dar dinheiro com dinheiro que é tirado às Autarquias, aliás, a legislação em termos de impostos é muito feita na base. Para nós há uma política de impostos que está efetivamente ao contrário, e nós não concordamos com ela, porque essa política de impostos que tem sendo seguida por este governo tem tirado, com se tem visto em alguns documentos aprovados por esta assembleia, é dinheiro tirado às Autarquias, inclusivamente há questões como a que desceu o abono de família, porque é que se vai mexer no IRS em relação à habitação e educação e depois vêm com esta medida, como quem não faz doer em termos de eleições. Esta é uma medida da qual não concordamos. Tem de haver uma medida em termos de impostos e carga fiscal que se ajuste à realidade das pessoas e se ajuste também ao trabalho que as autarquias fazem e que cada vez tem menos dinheiro para trabalhar.” --

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à redução de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para as famílias numerosas, esta foi aprovada por maioria com dois votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU e dezasseis votos a favor dos Senhores Deputados José Salvado e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

----- **Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

Ponto sete – Fixação da Participação no IRS para o ano de 2016.-----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----

“A fixação da participação do IRS de dois mil e quinze com a receita a arrecadar em dois mil e dezasseis. O Município pode prescindir de parte do IRS a favor dos cidadãos que aqui residem. O imposto que o Município prescinde é diluído sob forma de dedução à coleta aos residentes do nosso concelho, ou seja, com domicílio fiscal, com o objetivo de incrementar a fixação de habitantes e de atrair novos residentes. A proposta da Câmara é que a participação do benefício seja de quatro vírgula cinco por cento no IRS, devolvendo zero vírgula cinco a quem tem aqui o seu domicílio fiscal, tal como foi proposto no ano passado a esta Assembleia.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----

“Este princípio é o mesmo do ano anterior, só que quem foi o pai desta Lei foi o Senhor António Costa. Nós não concordamos com isto, achamos que de fato tem de haver outra política fiscal e o poder central neste momento está a viver à conta das freguesias e dos impostos. Vão tirar dinheiro às Câmaras e Freguesias que não são para investimento e muitas vezes estes impostos não resolvem os problemas das pessoas. Nalguns casos se formos a fazer as contas pode-se dizer que o dinheiro é mais uma coisa para “tapar os olhos com a peneira”, pois é irrisório.” ---

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à Fixação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Participação no IRS para o ano de 2016, esta foi aprovada por maioria com dois votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU e dezasseis votos a favor dos Senhores Deputados José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

----- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto oito – Fixação da Derrama para o ano de 2016. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----

“Este ponto é sobre a fixação da derrama para dois mil e dezasseis. Em dois mil e quinze foi deliberado por unanimidade pela Assembleia Municipal a isenção da derrama às empresas do nosso concelho, com o objetivo de incentivar a criação de emprego e o aumento da competitividade. Proponho que se mantenha esta isenção.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado. -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----

“Este ponto é outro. Nós temos votado sim e vamos votar sim novamente. Nós necessitamos de ter mais dados sobre isto. Nós estamos aqui a dar isenções a empresas e eles até podem dar volta às contas e dizer que tiveram prejuízo todos os anos que nós não sabemos. Nós estamos aqui a isentar as empresas, mas podemos ter uma empresa que esteja a lucrar. O que eu quero dizer com isto é que eu vou novamente isentar de derrama, mas não temos informação das empresas.”-----

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia. -----

“Senhor Deputado João Filipe Ricardo não está a ver o problema, o que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está proposto é até cento e cinquenta mil, isso é controlado pelas próprias finanças. Se tem lucro tem de pagar, se tiveram mais de cento e cinquenta mil euros. Isto é um processo para fomentar as empresas a se fixarem aqui, no concelho. Este controle é feito pelas finanças e não pelo Município.” -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----

“Está explicado nas contas de derrama, se a memória não me traí, são treze mil euros, os últimos dados que vieram aqui eram treze mil euros que estamos a falar.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à Fixação da Derrama para o ano de 2016, esta foi aprovada por unanimidade com dezoito votos dos Senhores Deputados José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Piccionhi do PS. -----

----- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um bom fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

(Rui Monteiro Picciochi)

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocêncio Rodrigues Cruz)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Lista de Expediente
Anexo 2	Resultado da Auditoria da Empresa Gonçalves Mendes e Associados em relação ao 1º Semestre de 2015
Anexo 3	Participação / queixa do Senhor Presidente da Câmara ao Diretor Geral de Agricultura de Lisboa e Vale do Tejo e ao Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente – Suinicultura do Colmeiro em Vila Nova da Barquinha
Anexo 4	Reclamação do Senhor Presidente da Câmara ao Senhor Presidente do Conselho da Administração da CP Comboios de Portugal – Paragem nas estações de Vila nova da Barquinha e Almourol
Anexo 5	Resultado da Inspeção Geral de Finanças- Controlo da Contratação Pública e do Urbanismo da Administração Local Autárquica – Auditoria ao Município
Anexo 6	Recomendação cujo tema é “refugiados” lida pelo Senhor Deputado David Antunes da CDU
Anexo 7	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara